



Universidades Lusíada

Tenreiro, Fernando José dos Santos, 1950-

Um instrumento de financiamento do desporto

<http://hdl.handle.net/11067/4329>

<https://doi.org/10.34628/9vqa-z095>

Metadados

Data de Publicação

2017

Resumo

O desporto português tem um subfinanciamento público que se tornou crónico. O artigo assume a ineficiência económica da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto e propõe um instrumento de financiamento público criado a partir do valor acrescentado desportivo produzido pelo desporto português. Em primeiro lugar, a gestão operacional determina a estrutura da produção do desporto. Em segundo lugar, o financiamento público é indexado ao valor acrescentado desportivo produzido incluindo os imp...

Portuguese sport has a failure of public sub financing that became chronic. The article assumes the economic inefficiency of sport public policy defined in the Law of Physical Activity and Sport and proposes the creation of a public instrument to finance sport associated to the new economic sport value added. In the first place, the operational management of sport works out the structure and the value of sport activities. In the second place, the public investment is associated with the sport va...

Palavras Chave

Desporto e Estado - Portugal, Desporto - Aspectos Económicos

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 22 (2017)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T02:11:40Z com informação proveniente do Repositório

UM INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO DO DESPORTO

Fernando Tenreiro
Universidade Lusíada de Lisboa

Resumo: O desporto português tem um subfinanciamento público que se tornou crónico. O artigo assume a ineficiência económica da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto e propõe um instrumento de financiamento público criado a partir do valor acrescentado desportivo produzido pelo desporto português. Em primeiro lugar, a gestão operacional determina a estrutura da produção do desporto. Em segundo lugar, o financiamento público é indexado ao valor acrescentado desportivo produzido incluindo os impactos gerados de forma directa, indirecta e induzida no bem-estar nacional. Em terceiro lugar, a reforma da política permite funções de regulação privadas do COP e de regulação pública do Governo.

Palavras-Chave: Desporto, Capital humano, Externalidades, Valor económico, Financiamento público.

Abstract: Portuguese sport has a failure of public sub financing that became chronic. The article assumes the economic inefficiency of sport public policy defined in the Law of Physical Activity and Sport and proposes the creation of a public instrument to finance sport associated to the new economic sport value added. In the first place, the operational management of sport works out the structure and the value of sport activities. In the second place, the public investment is associated with the sport value added produced including the direct, indirect and induced impacts of sport activities in the national welfare. In the third place, an institutional reform is proposed to the private and public regulations of the Portuguese Olympic Committee and the Government.

Keywords: Sport, Human capital, Externalities, Economic value, Public financing.

1. Promover o financiamento eficiente do desporto português

O objecto do artigo é a criação de um veículo económico capaz de resolver o subfinanciamento público ao desporto português que é crónico, como comprovam os estudos de Eurostrategies et al (2011) e de Tenreiro (2016b). Em virtude da insuficiência e inadequação das políticas económicas preconizadas pela Lei de Bases da Actividade e do Desporto as condições de eficiência económica deterioram-se permanecendo as federações com falhas de mercado e sem instrumentos de financiamento de risco para concorrer no seu mercado de concorrência monopolística.

Os dois níveis de abordagem da problemática do subfinanciamento são o capital humano do desporto e a economia das federações.

O primeiro nível da teoria do capital humano, segundo Becker (1964), sugere que existem factores materiais e factores intangíveis que não são economicamente avaliados como estabeleceu Stiglitz, et al (2009). Neste artigo afirma-se que o subfinanciamento do desporto português se deve à falta de contabilização dos factores imateriais do capital humano desportivo, suscitando a necessidade de criação de estatísticas e estudos como medida do capital humano criado e para suporte de medidas de política desportiva baseadas em factos.

No segundo nível a produção de capital humano desportivo exige uma economia de concorrência monopolística entre os seus produtores e de instrumentos de regulação económica que corrijam os níveis de subfinanciamento dos benefícios que favorecem a sociedade e que regulem com eficiência o mercado de características monopolísticas. As federações desportivas são monopólios naturais criados pela tecnologia específica da respectiva modalidade e que o Estado deve regular para solucionar as falhas de mercado e maximizar o bem-estar social, Tenreiro (2015).

A regulação do Estado pode ser descentralizada em parte e com vantagem para o Comité Olímpico de Portugal¹, como sugere Coase (1960), enquanto instituição de regulação privada em alternativa à regulação pública. O mercado das federações é de concorrência monopolística, segundo Tenreiro (2015), e

¹ O quadro de regulação das federações justifica a presença de instituições reguladoras privadas como o Comité Olímpico de Portugal, a Confederação do Desporto de Portugal e o Comité Paralímpico de Portugal. O artigo referirá apenas o COP, Comité Olímpico de Portugal, por o considerar representativo da agregação das 3 instituições, que possuem funções redundantes, cuja agregação melhoraria a eficiência da regulação desportiva nacional, ver Tenreiro (2016a).

necessita da regulação do Estado e da política económica pública a qual inclui a recapitalização desportiva e económica, a redução do risco da produção desportiva e das melhores condições de crédito, assegurando a competitividade do mercado do desporto.

O desporto possui características distintas de outros sectores assumindo em grande parte características de bem público pelos benefícios que gera para toda a sociedade. A necessidade de actuação do Estado advém das características do desporto relacionadas com o capital humano, o capital social e a tecnologia, Tenreiro (2016). O capital humano é, simultaneamente, o factor de produção das actividades desportivas e o bem final transacionado no mercado do desporto.

Devido aos benefícios externos gerados pelo capital humano desportivo o seu mercado apresenta limitações que impedem os seus produtores e consumidores de agirem competitivamente e obterem o máximo de benefícios pessoais e para a sociedade. Em consequência das falhas de mercado relacionadas com os benefícios de terceiros, o Estado financia o desenvolvimento do capital humano desportivo nacional pela estrutura federada. A produção de capital humano desportivo das modalidades desportivas faz-se com tecnologias de produção que criam condições de mercado de monopólio natural que asseguram condições monopolísticas de produção às respectivas federações.

A política económica necessita de considerar as peculiaridades públicas do capital humano desportivo, nomeadamente quanto à internalização dos benefícios externalizados, e as condições de concorrência monopolística que exigem a contabilização dos valores não-monetários do capital desportivo gerado pelas federações e a eficiência económica do seu mercado de concorrência monopolística.

O estudo propõe a criação de um veículo financeiro dedicado ao desporto português que deve ser enquadrado por novos instrumentos institucionais que promovam a eficiência económica. Por exemplo, as novas soluções beneficiarão o desporto através da capacidade de conceber e negociar socialmente políticas alternativas de sucesso, ou da colocação os programas governamentais a resolver os desafios do desporto na perspectiva da sua Visão e do interesse do sector, do olhar para a austeridade como um fenómeno complexo de que o desporto pode ser uma parte muito significativa da solução na maximização dos impactos do desporto e na maximização da procura das actividades desportivas e ajudar os Governos e os ministérios a adequarem as suas soluções generalistas à maior geração de benefícios do desporto.

O artigo aborda, em primeiro lugar, as características do desporto, em segundo lugar, a relevância das federações desportivas, terceiro lugar, a gestão operacional de longo prazo e, por último, a política económica e o veículo de financiamento indexado à produtividade do desporto.

2. As dimensões intangíveis do capital desportivo

O desporto é uma actividade complexa cuja economia é peculiar pela sua produção e pelos impactos directos, indirectos e induzidos que gera. A produção das actividades desportivas envolve principalmente factores de produção constituídos por capital humano que se transforma e especializa nos clubes e firmas locais. Os benefícios externos significativos da actividade desportiva exigem que o Estado intervenha na resolução das falhas do mercado e na regulação do mercado de concorrência monopolística que é característico da indústria do desporto.

2.1 O desporto como capital humano

O Conselho da Europa define desporto como todas as formas de actividade física, sejam praticadas de uma forma informal ou organizada e que visem melhorar o bem-estar físico e psíquico, formando relações sociais e obtendo resultados competitivos em todos os níveis, ver Council of Europe (2001). O desporto é um instrumento que desenvolve os praticantes promovendo o seu talento, conhecimento e inteligência que são características do capital humano. Em virtude da melhoria destas competências enquanto capital humano, a actividade desportiva melhora o bem-estar da população, modula e especializa o desenvolvimento dos mais jovens.

2.1.1 O capital humano, o capital social e a actividade desportiva

O conceito de capital humano de Becker (1964) sugere que a prática desportiva é material no contexto do corpo que é moldado e preservado e imaterial nas melhorias promovidas ao nível do talento, dos conhecimentos e da inteligência dos praticantes.

Assim, a prática desportiva cria, incrementa e acumula bem-estar físico e psíquico gerando capital humano desportivo enquanto benefício para a saúde do indivíduo e contendo contributos significativos para outras actividades como a educação e a melhor capacidade de desempenho de múltiplas actividades desportivas e não-desportivas. O conceito de capital humano aplicado ao desporto faz-se como um meio de produção na educação, no treino ou como prescrição médica, e cujo resultado é o retorno positivo do investimento inicial.

O desenvolvimento de capital humano relaciona-se com a existência de uma cadeia de valor acrescentado desportivo que a prática de actividades físicas ao longo da vida vai propiciando. Lateralmente a formação numa actividade desportiva forma cria espectadores de competições desportivas conhecedores dessas actividades, assim como, permite a sensibilização de voluntários, dirigentes e outras actividades profissionais no âmbito do mercado do desporto.

O capital humano desportivo deprecia-se se não tiver uma prática regular de atividades físicas adequadas à sua acumulação e preservação. O desporto contribui para o *stock* de capital humano relacionado com o conhecimento, os hábitos de atividades físicas de um estilo de vida ativo, as relações sociais e a personalidade assumindo ainda outras características como as capacidades de liderança, o talento, a capacidade de resolução de desafios e o afirmar-se como uma estrela.

Mais recentemente o Modelo de Capital Humano (MCH) caracteriza as relações económicas entre a atividade física e os benefícios gerados. O MCH conceptualiza formas de capital humano como o capital físico identificado com a saúde física, o capital emocional relacionado com os benefícios psicológicos e de saúde mental, o capital individual criado pelas preferências pessoais, o capital social proveniente do envolvimento com terceiros, o capital intelectual dos ganhos cognitivos da atividade física, o capital financeiro dos ganhos com o emprego, a produtividade e a redução de custos do capital humano obtido através da melhoria da saúde.

2.1.2 A tecnologia enquanto capital humano desportivo especializado

O impacto das novas tecnologias na estrutura federada tem segmentos distintos relacionados com os factores de produção e com as actividades desportivas finais como é a classificação de um atleta num determinado campeonato desportivo federado e que lhe permite na época seguinte aceder a um novo nível subindo ou descendo a escala de complexidade e especialização da prática da modalidade. A tecnologia é o acréscimo de produtividade desportiva possível graças à transferência de conhecimento da prática desportiva no clube que permite o avanço das competências do atleta segundo os princípios de prática desportiva definida pelas federações desportivas.

No capital humano desportivo a tecnologia aplica-se ao desenvolvimento do saber praticar bem uma actividade desportiva. Um praticante em actividades formativas de base evolui com o conhecimento e a experiência de prática de sucessivos campeonatos que no topo lhe permitem aceder ao campeonato nacional da primeira divisão e a campeonatos internacionais. O processo de desenvolvimento do gesto desportivo envolve técnicas que se desenvolvem e adquirem ao longo dos anos ao mesmo tempo que o corpo e a mente crescem e se desenvolvem. O processo temporal de capacitação técnica do gesto desportivo é definido e coordenado pela federação que tem o direito de produção da actividade desportiva.

A tecnologia tem de ser compreendida e estendida dos praticantes em inúmeros níveis de actividade desportiva especializada, aos respectivos espectadores capazes de compreender a diversidade e a especialização da modalidade, aos espaços que permitam a melhor expressão desportiva para cada nível de prática e o maior conforto do espectáculo da competição entre os melhores.

2.1.3 As escolas de modalidades desportivas

Em Portugal as federações têm dificuldade em criar escolas de formação desportiva com resultados nacionais e internacionais de sucesso e prolongados no tempo. No atletismo Moniz Pereira inovou quando os atletas de outros países europeus recorriam a métodos proibidos pelas regras do desporto. No futebol Carlos Queiroz ganhou 2 campeonatos do mundo de juniores em 1989 e 1991 inovando as condições de treino do futebol que depois foram prosseguidas por outros países com sucesso idêntico e mesmo superior a Portugal. O conceito de escola de uma modalidade relaciona-se com a capacidade dos atletas e treinadores de uma modalidade conseguirem resultados internacionais que se prolongam em várias épocas desportivas.

Portugal alcança resultados marcantes no seu futebol que são relevantes pela dimensão do país para o que concorrem factores de produção técnicos dos clubes e dos treinadores a que se associa a investigação e a especialização no futebol realizada pelas faculdades de desporto nacionais.

Vários factores de produção contribuem para o sucesso das escolas de desporto como o investimento e desenvolvimento do capital humano desportivo, a qualidade da performance pelos praticantes, no respeitante ao avanço do conhecimento científico e técnico, a melhoria da liderança associativa nos clubes e na estrutura federada, nas condições de gestão operacional e das relações de mercado que devem acompanhar a inovação nas competições. Sem a capacidade operacional ou financeira de inovação os resultados desportivos produzidos ou não chegam a ter a possibilidade de se afirmar ou acaba por se perder. Numa perspectiva de maior complexidade a escola de desporto inclui a criação de capital humano desportivo em todo o ciclo de produção desde a formação dos escalões jovens até ao topo do alto rendimento.

A formação de capital humano nacional tem no desporto um instrumento de constituição de activos do ponto de vista físico, saudável na perspectiva das suas capacidades, competitivo do ponto de vista das relações pessoais, de mercado e sociais. Nesse sentido, a formação de capital humano como voluntários e para a liderança das federações, das associações, dos clubes, das ligas, dos organismos do Estado, dos investigadores e dos empresários que actuam no desporto em Portugal e no estrangeiro tem uma relevância extraordinária para o sucesso desportivo.

3. A relevância das federações desportivas

As práticas desportivas são produtoras de bem-estar e na sua maior parte são praticadas em sociedade ou solidariamente a partir da família, do grupo de amigos ou dos colegas de trabalho. Desde a antiguidade a forma de prática desportiva mais popular são as competições que na actualidade correspondem a estruturas de apuramento complexas e que preenchem a vida de atletas e das populações ao longo das respectivas vidas.

Os governos atribuem às federações o direito de propriedade da produção monopolística de uma determinada modalidade. Tal como outros sectores económicos o desporto é considerado uma indústria cuja complexidade tem de ser promovida pelos próprios parceiros, responsabilidade que também interessa ao Estado desenvolver enquanto sector privado eficiente como sugerido por Coase (1964).

3.1 O direito de propriedade de produção de uma modalidade desportiva

Na estrutura de produção das actividades das federações as actividades desportivas são formadas por fatores de produção que incluem o capital humano (formado pelos praticantes, técnicos, administrativos, dirigentes, árbitros, médicos, etc.), capital físico (instalações e infraestruturas várias, equipamentos individuais e coletivos, etc.) e outros fatores de produção não-desportivos podem ser igualmente necessários. A produção é criada pela organização desportiva (clube, empresa, associação, federação, etc.) para a obtenção de um resultado desportivo. A atividade recreativa e a profissional são *outputs* possíveis da estrutura de produção de uma modalidade desportiva.

A produção de uma disciplina de alto rendimento exige um capital humano desportivo que é o praticante que desenvolve capacidades desportivas que foram produzidas no clube segundo as características bem definidas pela federação. A mesma necessidade aplica-se aos treinadores e dirigentes que trabalham no alto rendimento que necessitam de uma formação específica para o exercício de funções nesse nível de desempenho desportivo. Enquanto outros fatores de produção como os transportes podem ser comprados a empresas não produtores de serviços da modalidade, o uso de capital humano desportivo da modalidade e das suas disciplinas necessita de ser produzido pela própria modalidade e pelo próprio clube a maior parte das vezes.

3.2 A gestão operacional de uma modalidade desportiva

Cumprindo os seus propósitos de produção de actividades desportivas as federações são instrumentos de desenvolvimento desportivo. No exercício do seu direito de propriedade as federações formam o capital humano necessário ao crescimento da sua actividade. A produção de uma actividade desportiva é complexa exigindo uma estrutura diversificada de actividades as quais se afirmam pela especialização vertical dos melhores praticantes os quais se situam em níveis superiores por terem maiores índices de produtividade desportiva.

O conceito de indústria do desporto compreende-se pela complexidade horizontal e vertical da produção desportiva a qual considera segmentos específicos a nível local, a nível regional e a nível nacional, seguindo-se o nível internacional. A estrutura do desporto que se descreve sugere a existência de uma indústria do desporto com características específicas de gestão operacional

das actividades físicas de cada modalidade e que do ponto de vista económico se identifica com um mercado de concorrência monopolística onde as federações competem pela afirmação da sua actividade desportiva.

A estrutura de consumo de bens desportivos que se situa a jusante tem características de monopsonio por serem o único comprador como uma estação de televisão ou uma empresa de publicidade que assegura rendas monopolísticas que seriam mais baixas num mercado de concorrência monopolística que fosse regulado pelo Estado.

O desporto é um sector produtor de conteúdos informativos que enchem a comunicação social com a imagem das suas competições, o exemplo dos atletas, a discussão dos resultados das competições e o exemplo de qualidade para terceiros sectores e para a sociedade.

3.3 A gestão operacional da cadeia de valor acrescentado desportivo

Cada modalidade necessita de criar as suas próprias políticas e instrumentos económicos que as promovam no mercado nacional e no mercado internacional. As federações devem assegurar o financiamento público e a melhor gestão dos recursos públicos que lhes são dedicados a fim de melhorarem os seus indicadores da produtividade das federações.

O programa canadiano que promove o LTAD (Long Term Athlete Development, DALP, Desenvolvimento de um Atleta a Longo Prazo) inclui 10 factores chave: Literacia física, especialização, desenvolvimento etário, períodos delicados, desenvolvimento mental, cognitivo e emocional, periodização, competição, o tempo necessário para a excelência, sistema de pertença e integração, melhoria continua.

O modelo canadiano é um quadro de referência de desporto que possui soluções que se pretendem adequadas a diferentes fases da vida desde criança. Outro modelo mais focalizado no alto rendimento é o SPLISS (Sport Policy Leading to International Success, Factores de Política Desportiva para a Geração de Resultados Internacionais de Sucesso). Estes modelos de desenvolvimento de capital humano definem a estrutura de desenvolvimento físico e psíquico dos praticantes mais adequados à especificidade da actividade da federação.

A gestão operacional de uma modalidade desportiva analisa as sucessivas actividades de criação de valor desportivo ao longo da cadeia de criação de capital humano que inclui inúmeros escalões etários de praticantes numa mesma época desportiva e da evolução do capital humano desportivo desses escalões etários no médio e no longo prazo.

A análise do capital humano desportivo gerado pela produção federada é obtida pela identificação de todos os segmentos de produção da modalidade, pela quantificação da actividade desportiva de cada segmento, pela determinação dos diferentes impactos directos, indirectos e induzidos, pela identificação económica dos respectivos preços-sombra, pelo cálculo do valor económico

total de produção, pela estimativa da receita de mercado e dos instrumentos de política desportiva para equilibrar a relação entre o custo de produção, a receita e a formação de rendas ou de prejuízos dos diferentes segmentos de produção e dos respectivos produtores.

A gestão operacional das actividades federadas é uma necessidade que antecede a análise económica por 2 motivos: o primeiro, para determinar os custos da produção dos bens desportivos de acordo com a definição da qualidade das suas actividades desportivas. Em segundo, para equacionar os benefícios gerados e a dimensão económica dos impactos gerados.

A gestão operacional, no Quadro 1, identifica a estrutura de criação do valor acrescentado da actividade federada.

Quadro 1 – Identificar e dimensionar a estrutura de produção

Níveis	1 - Definir e caracterizar as actividades desportivas	2 - Indicar as cadeias de valor, de acordo com o sexo e a idade	3 - Calcular os valores da cadeia de valor	4 - Quantificar a estrutura do valor acrescentado
Actividades	1. Modalidades 2. Disciplinas 3. Especializações	1. Actividade informal 2. Competições 3. Eventos	Calcular os valores de cada ponto da cadeia de valor	Identificar os valores acumulados
Resultados esperados	Identificar a estratégia de desenvolvimento e as disciplinas e actividades-chave	Identificar as fontes de informação e proxies da informação em falta Calcular os resultados esperados Determinar os resultados próprios da modalidade	Precisar a definição e a variedade e sectores de valor acrescentado dados pelos indicadores	Dimensões dos indicadores do valor acrescentado desportivo, nas diferentes disciplinas

A identificação da criação de uma actividade desportiva através das relações sociais estabelecidas entre as associações, os clubes e outras organizações desportivas e o impacto da sua oferta no mercado desportivo permite à federação ter um quadro claro da estrutura de produção das suas actividades desportivas. Tanto o consumo de massas de uma actividade desportiva, como a especialização da actividade desportiva visando resultados no alto rendimento olímpico são actividades que necessitam de capital humano, capital físico, capital tecnológico e capital social de alto nível.

A primeira coluna do quadro 1 define as actividades cujos direitos de produção são propriedade da federação como as modalidades, as disciplinas e as respectivas especializações. A segunda coluna apresenta a complexidade tecnológica definindo as características de produção das actividades informais, depois seguem-se as actividades formais como as competições e, por fim, os eventos. Todas as actividades surgem como capital organizacional e capital

social com características de actuação monopolística por parte da federação e geradora de bens de características de bem de mérito e de bem público que são exteriorizadas para a economia e a sociedade. A terceira coluna quantifica a actividade desportiva produzida e os respectivos custos e receitas. A quarta coluna identifica a estrutura do valor acrescentado gerada pela estrutura de produção da federação. A determinação do valor acrescentado permite observar a acumulação de valor desportivo e o desenvolvimento da prática da modalidade.

A comparação entre o valor actual e hipóteses de produção desportiva mais ambiciosas permitem soluções de autodiagnóstico, ver o Quadro 2, para as federações e os clubes melhorarem a liderança da actividade da federação. A primeira coluna estabelece paralelismos entre a estrutura quantificada de produção e as políticas em vigor identificando as condições de produção e as características positivas e negativas das políticas aplicadas pela federação. A segunda coluna revê os resultados através dos indicadores de análise para identificar o efeito que determinada política pode ter sobre o produto desportivo final. A terceira coluna identifica opções de política federada que actuam em particular sobre a actuação dos clubes e das associações no mercado desportivo e dos parceiros e patrocinadores interessados no valor desportivo, económico e social da modalidade.

Quadro 2 – Equacionar o autodiagnóstico de uma federação desportiva

Níveis	1 - Análise comparativa	2 - Revisão dos resultados	3 - Concepção de políticas
Atividades	Identificar a quantificação enquanto resultado da política desportiva Identificar as fraquezas das políticas e as condições da produção	Rever os indicadores de resultados para diferentes disciplinas com estruturas semelhantes Investigar as razões das diferenças de resultados	Identificar opções e alternativas em relação às falhas dos clubes, do seu mercado e de políticas para atrair investimento e gerar cadeias de valor desportivo
Resultados esperados	Identificação de áreas de produção desportiva baixa, média e alta de forma a identificar as falhas de produção e as falhas do mercado ou da política desportiva		Recomendações de política desportiva de um plano de produção específico da modalidade

Estabelecida a estrutura de produção da modalidade e na posse de um quadro de alternativas de políticas e de resultados o Quadro 3 identifica áreas de capital humano, de capital tecnológico, de capital físico e de capital social dos níveis da actividade da modalidade mostrando na terceira coluna os valores directos esperados e na quarta coluna os valores indirectos e os induzidos.

O uso de indicadores económicos permitirá atribuir às federações os benefícios apropriados pela economia e pela sociedade como o valor das faltas por doença que são evitadas, o combate ao sedentarismo, a diminuição das mortes prematuras, a actuação das melhores organizações desportivas, a criação das estrelas nacionais e internacionais provenientes das grandes vitórias desportivas, a valorização da autoestima nacional e a possibilidade de criar estruturas imbuídas de maior capital humano e capital social.

Quadro 3 – Factores de produção da cadeia de valor e impactos de valor

Nível	Valor desportivo	Atividade	Valores diretos	Valores indiretos e induzidos (sublinhados)
Prática informal	• Capital humano	• Prática • Lazer ativo fisicamente	• Bem-estar físico • Aumento da capacidade física • Criação de valor desportivo	• Maior capacidade desportiva • Maior capacidade de trabalho • <u>Menos faltas por doença</u> • <u>Maior combate ao sedentarismo</u> • <u>Diminuição mortes prematuras</u>
	• Capital social	• Amigos • Clube • Empresa	• Participação na organização desportiva ocasionais • Participação eventos sociais	• Maior participação social • Maior solidez dos clubes • <u>Melhores organizações</u>
	• Tecnologia, inovação	• Hábito • Moda	• Qualidade da oferta • Diversidade	
Prática regular e amadora	• Capital humano	• Frequência atividades desportivas Participação campeonatos	• Ser competitivo nos campeonatos	• Ficar primeiros lugares e subir divisão • Estilo vida ativo, saudável e vida longa • Aumento tempo trabalho • Menos faltas por doença • <u>Diminuição mortes prematuras</u>
	• Capital social	• Campeonatos	• Assistência de espetáculos e eventos desportivos	• Participação na organização desportiva de clube, empresa
	• Tecnologia, inovação	• Disciplinas • Campeonatos	• Melhoria da qualidade da prática	
Alto rendimento	• Capital humano	• Competição nacional, internacional	• Subir nos rankings nacionais e internacionais das disciplinas e da modalidade	• Primeiros lugares competições nacionais, europeias, mundiais e Jogos Olímpicos • <u>Criar estrelas nacionais, europeias, mundiais, olímpicas</u>
	• Capital social	• Dirigentes e técnicos com literacia desportiva	• Possuir dirigentes e técnicos sabedores da criação de campeões mundiais e olímpicos	• <u>Efeito demonstração estrelas</u> • <u>Incentivo à prática desportiva</u> • <u>Criação de orgulho e autoestima nacional</u>
	• Tecnologia, inovação	• Especialidades	• Estratégias, táticas, fases finais e campeonatos • Capital humano, infraestruturas, equipamentos	• <u>Estruturas integradas de valor humano e social nacional</u>

Fonte: Tenreiro (2016b)

4. O programa de gestão operacional de desporto de longo prazo

A federação necessita de um programa de longo prazo investindo e criando os meios humanos, materiais, tecnológicos e de instituições que lhes permitem afirmar competitivamente a sua modalidade no mercado. O programa de longo prazo é o instrumento que vai compreender as condições de produção do desporto para toda a vida dos praticantes de uma determinada modalidade.

Simultaneamente dado que a produção de alto rendimento é um bem escasso a nível mundial e gera as maiores rendas económicas, a sua produção necessita, cada vez mais, de factores de produção e de processos de produção eficazes para benefício do atleta e que se estendem por décadas. Estes factores e processos de produção são únicos e são caros. O risco da produção com sucesso do investimento num quadro de atletas de alto rendimento é elevado e pode ser minimizado pela existência de processos de produção que elevando o nível de produtividade dos atletas filiados na modalidade, por estruturas complexas de treinadores e dirigentes, permitem maiores níveis de sucesso federado e nacional.

4.1 A necessidade de políticas desportivas baseadas em factos

A regulação sectorial através das federações e a regulação nacional promovidas por instituições como o COP e o Governo integram políticas económicas do desporto. Estas devem ser coerentes no longo prazo, usando instrumentos previsionais como as auditorias técnicas e económicas, protegendo o valor do Euro investido em desporto e disponibilizando estatísticas e estudos sobre as melhores condições de produção do associativismo desportivo. As políticas económicas exigem a avaliação dos impactos da actividade desportiva nacional a fim de implementar as melhores medidas correctivas dos fracassos de mercado e a promoção das melhores políticas desportivas para a promoção do bem-estar.

A gestão operacional de uma produção desportiva competitiva necessita de informação sobre o desenvolvimento do atleta pelos clubes locais, as preferências do consumo desportivo local, os vectores de valorização social e cultural da produção desportiva local, a estrutura de formação do preço de mercado da actividade física, os níveis de rendibilidade da produção dos clubes, o conhecimento da perda das cadeias de valor dos clubes que a sociedade e as federações desperdiçam.

4.2 O complexo industrial do desporto

O conceito de complexo industrial militar refere-se às relações estabelecidas entre as forças armadas e a indústria de armamento para influenciar a política pública a seu favor, ver Merriam-Webster (2017).

No caso do desporto português o conceito de complexo industrial descreve a estrutura das organizações que actuam com o objectivo de maximizarem a sua produção sectorial e influenciar as políticas públicas no seu interesse. A ideia de complexo industrial como forma de controlo da política pública aplicada ao desporto português não se torna clara face aos resultados frágeis do desporto nacional. Observa-se que as federações dificilmente valorizam as rendas económicas que a sua concorrência monopolística facultaria e que as políticas económicas públicas são por vezes prejudiciais à maior competitividade e produtividade dos operadores federados.

No desporto europeu a abordagem ao desporto como uma indústria obtém-se da análise *input-output* feita pela definição de Vilnius identificando 3 subsectores industriais cuja produção é interdependente. O subsector de produção desportiva ocupa o local central entre o segundo subsector, a montante, alimenta o primeiro com factores de produção necessários à produção das actividades desportivas e o terceiro sector, a jusante, usa as actividades desportivas do primeiro subsector como factores de produção ou conteúdos das suas próprias actividades, ver SpEA (2007).

4.3 A perda de valor do capital humano e do capital social desportivo

Em termos genéricos a perda de capital humano desportivo está na impreparação dos próprios praticantes, na gestão insuficiente dos clubes amadores e profissionais e na dificuldade das associações e das federações em definirem estruturas de valor acrescentado progressivo nas fases de desenvolvimento e maturação dos atletas e das equipas. Estas dificuldades podem ser contrariadas através da acção da administração central e da administração local.

Particularmente os clubes que desenvolvem actividades desportivas profissionais por vezes geram dificuldades aos seus atletas de desporto profissional quando atrasam o pagamento dos salários e não promovem a formação escolar secundária e superior dos seus praticantes que quando deixam a prática profissional ficam à mercê de profissões com remunerações muito baixas.

Na valorização do capital humano destes jogadores um vector fundamental a considerar é a preparação do atleta para uma carreira curta e a formação para a complexidade de gerir ganhos mais elevados do que outras profissões. Entre as dificuldades de gestão das fortunas desportivas estão os pagamentos elevados a empresários que são agentes, advogados, assessores financeiros, os impostos elevados. A existência de familiares, amigos e terceiros é um segundo conjunto de pessoas que contribuem para a má gestão dos salários dos praticantes profissionais.

Regra geral o combate à perda de valor dos atletas, dirigentes, voluntários deve ser feito o conhecimento da realidade associada à vida desportiva e no caso dos ganhos das estrelas profissionais com programas de formação relacionados com a assessoria e planeamento financeiro, ver López (2017).

5. A política económica e o veículo de financiamento do desporto

A criação de uma política económica renovada suporta a criação do veículo de financiamento ao desporto nacional.

5.1 A criação de uma política económica

O desporto necessita de uma estrutura de financiamento público incidindo sobre as falhas de mercado relacionadas com a externalização de benefícios económicos e que promova a competitividade desportiva e a eficiência económica do respectivo mercado. As federações necessitam de instrumentos de financiamento que promovam a competitividade inter-federações e que sendo disponibilizadas a cada federação lhe permita regular desportiva e economicamente a competitividade intra-federação.

A fonte do financiamento público pode ser o programa da União Europeia, denominado Portugal 2020. O veículo de financiamento proposto oferece fontes alternativas relacionadas com os excedentes económicos criados a jusante pela quebra de despesa de saúde pública devido à melhoria promovida pelas melhores condições de saúde geradas pela maior quantidade e intensidade da prática desportiva, pelos excedentes de produtividade em sectores como a Educação, o Turismo e outros sectores económicos.

Subjacente à proposta do veículo está a necessidade de uma política económica que ultrapasse a forma supletiva de criação de bem-estar social através do desporto que se encontra na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto e se relaciona com a indexação aos lucros das apostas sociais e na tradição das obras assistenciais da monarquia e do corporativismo do Estado Novo.

O desporto enquanto sector económico possui dinâmicas que exigem do Estado funções de regulação económica pública e de descentralização de funções de regulação privadas, como sugerido por Coase (1960). As federações são detentoras dos direitos de propriedade e beneficiam de barreiras à entrada assegurados pelas características tecnológicas da produção desportiva e que são reconhecidas pelo Estado. Enquanto monopólios as federações competem em mercados de concorrência monopolística e pelos benefícios externos gerados competem pelo financiamento público. Desta forma o financiamento do desporto depende da estrutura interna de produção entre as organizações associativas e as empresariais e do potencial de crescimento dos resultados desportivos produzidos.

O financiamento depende igualmente da competitividade externa que o desporto encontra face a outros sectores, que concorrem pelo financiamento público, como a SCML, o Turismo, a Educação, a Saúde, o Ambiente e outros parceiros sociais. A competitividade externa do desporto depende em grande parte da percepção do potencial de crescimento da produção desportiva referida e que em sistemas desportivos maduros é possível gerar efeitos de massa crítica

mais dinâmicos e pressionantes em benefício do desporto do que em momentos de crise do crescimento da produção desportiva e do racional da actuação do associativismo e das empresas.

Nos dois planos o interno e o externo existem riscos que cabe aos dirigentes desportivos abordar sob pena de perderem eficiência económica por via do esmagamento de custos na produção de desporto e da dificuldade de ganharem as rendas económicas que o seu mercado de concorrência monopolística pode gerar, assim como, da capacidade de se afirmarem perante o Estado como um sector produtor de bem-estar social.

A existência de uma política económica do desporto apresenta possibilidades que maximizando o bem-estar através do desporto permitiria condicionar as falhas do mercado e as que surgem por via da acção do Estado. A capacidade de melhorar o desempenho do desporto em parceria com outros sectores deveria levar o desporto a considerar a hipótese de avaliação das rendas obtidas pelos diferentes instrumentos de financiamento público. A fragilidade da política económica do desporto enfraquece-o perante o *crowding out* dos restantes parceiros sociais sobre as fontes tradicionais do financiamento do desporto.

O desporto não é uma actividade que se confunda com os propósitos de outras actividade de benemerência e sociais, nem com a actividade lucrativa e transaccionável dos sectores exclusivamente económicos. A competitividade às fontes de financiamento públicas actuais podendo sugerir a existência de rendas excessivas de outros sectores exigem uma preocupação profunda do desporto.

As políticas públicas beneficiariam de políticas económicas de resolução do risco da produção de desporto e da promoção da competitividade entre federações que seriam criadas pela criação de instituições capazes de interiorizar os benefícios desportivos ganhos pela economia e pela sociedade.

5.2 A criação de um veículo de financiamento do desporto

O Fundo de Fomento do Desporto (FFD) existiu até aos anos 90 e geria os montantes recebidos dos Jogos Sociais da Santa Casa da Misericórdia. O FFD estudava o nível de financiamento do desporto nos anos 80 e negociava externamente no Departamento de Jogos da SCML os montantes de financiamento destinados ao desporto. Na actualidade a gestão financeira tem uma dimensão administrativa perdendo a capacidade de estudo e de negociação enquanto características iniciais do FFD.

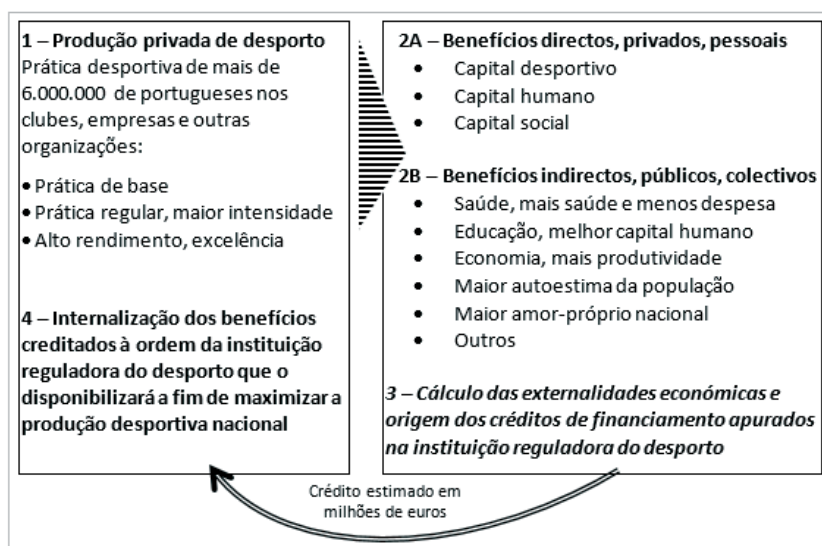
A política desportiva deveria criar um fundo de capital de risco do desporto que permita às federações desenvolver actividades não remuneradas pelo mercado, que a política desportiva pública considere prioritário promover socialmente e cujo custo seja incomportável financiar através do mercado privado.

O objectivo do veículo de financiamento seria o de fazer face aos custos de qualidade do desenvolvimento desportivo nacional, visando aumentar a produtividade desportiva nacional para ultrapassar as médias europeias. Na

medida em que o desporto gera benefícios que são apropriados por terceiros, exteriores ao mercado do desporto, o veículo de financiamento desportivo internalizará os benefícios gerados pelas organizações desportivas aliviando a incerteza de financiamento do desporto e assegurando às organizações desportivas possibilidades de reestruturação que actualmente não existem. Adicionalmente o fundo diminuirá a presente incerteza de longo prazo e a dificuldade de acesso ao financiamento vocacionado para a produção desportiva e que são, entre outros, os factores negativos que promovem o fraco desempenho desportivo nacional.

A Figura 1 mostra o funcionamento do novo instrumento de financiamento que converte o benefício gerado pela actividade desportiva em capital que investido do lado da procura e na qualificação de factores de produção das organizações desportivas assegura a sustentação económica que actualmente as federações e as organizações desportivas não possuem.

Figura 1 – Eficiência do veículo de financiamento



O desporto gera benefícios em capital humano e social que diferentes agentes económicos e sociais se aproveitam. Porém, os clubes e a estrutura federada não são ressarcidos do investimento pessoal dos praticantes e dos benefícios que as terceiras entidades conseguem e nada pagam aos praticantes ou aos produtores clubes e estrutura federada. Obrigadas a competir com qualidade no mercado de concorrência monopolística e sem a internalização dos benefícios externalizados os produtores desportivas sem finalidade lucrativa são obrigados a oferecer bens com preços mais elevados que exigem que os praticantes de recursos mais

baixos abandonem as actividades desportivas que têm dificuldade em pagar ou preferem adquirir actividades de menor custo as quais possuem uma menor qualidade.

A produção desportiva dos clubes e das empresas cujos custos são superiores levam os praticantes de menores recursos a abandonar a prática, diminuindo a sua capacidade de produção. Caso estes produtores de desporto não consigam aumentar os seus preços de acordo com a qualidade produzida, eventualmente poderão ter défices e a deixarem de produzir desporto.

O financiamento do veículo seria constituído pelos capitais europeus do programa Portugal 2020 e por créditos sobre os benefícios gerados e os futuros debitados aos sectores beneficiados pelas externalidades do valor acrescentado desportivo. Por exemplo, o Turismo é um sector que beneficia do investimento de infraestruturas desportivas facultando aos atletas de outros países, particularmente do norte e este europeu durante o inverno, e que retiram o acesso aos atletas nacionais para quem esses centros de alto rendimento foram feitos. A pior saúde da população portuguesa pode ser combatida através do exercício físico e de um estilo de vida activo por parte da população portuguesa. Justifica-se que o acréscimo de produção desportiva seja financiado pelos créditos obtidos pela descida da despesa do sector da saúde que dele beneficia.

6. Conclusão

Baseado em princípios económicos do capital humano e em princípios do mercado de concorrência monopolística das federações desportivas, o artigo propõe um veículo de financiamento do desporto português indexado à produtividade desportiva por modalidade e do desporto nacional.

Bibliografia

- BAILEY, R., HILLMAN, C., ARENT, S., PETITPAS, A. (2013), *Physical Activity: An Underestimated Investment in Human Capital?* Journal of Physical Activity & Health, 10, 289-308, Human Kinetics.
- BECKER, G.(1964), *Human Capital*, New York, Columbia University Press.
- COASE, R. H.(1960), *The Problem of Social Cost*, The Journal of Law & Economics.
- COUNCIL OF EUROPE, 2001, *The Revised European Sports Charter*, Recommendation No. R (92) 13 Rev, of the Committee of Ministers to Member States, On The Revised European Sports Charter (adopted by the Committee of Ministers on 24 September 1992 at the 480th meeting of the Ministers' Deputies and revised at their 752nd meeting on 16 May 2001), consultado em [https://www.coe.int/t/dg4/epas/resources/texts/Rec\(92\)13rev_en.pdf](https://www.coe.int/t/dg4/epas/resources/texts/Rec(92)13rev_en.pdf), em 12 de Fevereiro de 2017.

- EUROSTRATEGIES, AMNYOS, CDES, DEUTSCHE SPORHOCHSCHULE KOLN (2011), *Study on the Funding of Grassroots Sports in the EU: With a Focus on the Internal Market Aspects Concerning Legislative Frameworks and Systems of Financing*, European Union.
- LTAD (2016) *Canadian Sport for Life, Long Term Athlete Development*. Consultado em 28Jan2016, https://canadiansportforlife.ca/sites/default/files/user_files/files/S4L%20_0%20EN_April16_webpdf.pdf.
- MILLER, G. P. (2011), *Law and Economics versus Economic Analysis of Law*, colhido no site http://lsr.nellco.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1269&context=nyu_lewp, em 10 de Janeiro de 2017.
- LÓPEZ, P. (2017), “*Estrellas en la ruina el lado oscuro de la economía del deporte en EEUU*”, blogue MBADeporte, obtido em 15jan2017, https://mbadeporte.wordpress.com/author/mbadeporte/?iframe=true&theme_preview=true.
- MERRAM-WEBSTER (2017), *Definição de complexo industrial-militar*, obtido em 10 de Janeiro de 2017 no site: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/military%20industrial%20complex>.
- POSNER, R. A. (1998), *Values and Consequences: An Introduction to Economic Analysis of Law*, The University of Chicago, The Law School, colhido no site www.law.uchicago.edu/publications em 10 Janeiro 2017.
- SPEA (2007), *The Vilnius Definition of Sport, official manual*, Vienna and Vilnius.
- SPLISS, De Bosscher, V., Bingham, J., Shibli, S., Van Bottenburg, M., De Knop, P. (2008). *The Global Sporting Arms Race: An international comparative study on sports policy factors leading to international sporting success*. Aachen: Meyer and Meyer. ISBN: 978-1-84126-228-4.
- STIGLITZ, J.E., SEN, A., FITOUSSI, J. P. (2009), *The Measurement of Economic Performance and Social Progress Revisited*, OFCE, N° 2009-33, França.
- TENREIRO, F. (2015), “*The Pyramid Market of the European Sports Model: The Economics of Federations*”, in “*The Economics of Competitive Sports*”, edited by Plácido Rodríguez, Stefan Késenne, Ruud Konnig, Edward Elgar, UK.
- TENREIRO, F. (2016a), “*O Desenvolvimento do Desporto: Gestão, Economia, Regulação*”, Federação de Ginástica de Portugal, Lisboa, Portugal.
- TENREIRO, F. (2016b), “*As Estatísticas do Desporto e a Conta Satélite do Desporto são Benefícios Públicos: Instrumentos de Criação de Melhores Políticas Desportivas*”, Instituto Português do Desporto e Juventude, Ed. Afrontamento, Lisboa.